

OBRAS E VOTAÇÃO MUNICIPAL DE CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA RESENHA DA LITERATURA E ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES.

George Avelino[#] e Ciro Biderman[£]

RESUMO

Este artigo contribui para a discussão dos determinantes da votação dos deputados federais no Brasil. Trata-se do primeiro trabalho a avaliar, ainda que de forma exploratória, o impacto da atividade parlamentar de trazer benefícios (através de emendas ou obras realizadas pela DERSA) sobre a votação dos candidatos em cada município. Na primeira parte do trabalho, procedeu-se a revisão da literatura sobre o tema focalizando a vantagem potencial dos candidatos à reeleição sobre seus desafiantes e a importância do “voto pessoal” - originado da troca de benefícios públicos por votos - neste processo. A análise concentrou-se no estado de São Paulo, cujo interesse teórico é determinado pelo fato de ser o maior distrito eleitoral do país, o que tornariam mais favoráveis as condições para existência do “voto pessoal”. A análise por município além de ser a única maneira efetiva de se testar o efeito deste tipo de trabalho parlamentar sobre o número de votos permite que se estabeleçam relações entre o perfil dos votos e as características dos candidatos.

INTRODUÇÃO

Se os deputados brasileiros não sofrem de miopia coletiva, porque investiriam tanto tempo e energia na busca de realizações para seus eleitores através de emendas e obras? A importância política dessas atividades é atestada frequentemente nos jornais diários, onde a liberação de emendas parlamentares aparentemente tornou-se moeda de troca comum para o Executivo federal assegurar fidelidade em votações no Legislativo. Entretanto, a despeito da importância do tema, a literatura ainda é pouco específica sobre relação causal entre este tipo de atividade e os votos atribuídos aos seus autores nos municípios onde são realizadas.¹ Que seja do nosso conhecimento, este trabalho é o primeiro a avaliar o impacto eleitoral das emendas parlamentares na votação municipal.

Da mesma forma, este trabalho também é o primeiro a avaliar o impacto eleitoral das ações do executivo sem relação direta com as emendas parlamentares. A despeito

[#] Professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e pesquisador do Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público (FGV/CEPESP).

[£] Professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, pesquisador do Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público (FGV/CEPESP), pesquisador visitante do Lincoln Institute of Land Policy (LILP) e pesquisador associado do Department of Urban Studies and Planning do Massachusetts Institute of Technology (DUSP/MIT).

¹ Os efeitos das emendas orçamentárias sobre a probabilidade de reeleição dos deputados federais são discutidos em Pereira e Rennó (2001 e 2003).

destas realizações comporem a maioria das ações governamentais, pouco se sabe sobre seu impacto eleitoral. A questão aqui é como os candidatos se diferenciam na sua capacidade de reclamar o crédito por ações do governo cuja origem não pode ser personalizada. A análise concentrou-se no estado de São Paulo, cujo interesse teórico é determinado pelo fato de ser o maior distrito eleitoral do país, o que tornariam mais favoráveis as condições para existência do “voto pessoal”. A análise é possível graças a um banco de dados com todas as obras realizadas pela Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo gentilmente cedido pela DERSA. A análise por município além de ser a única maneira efetiva de se testar o efeito deste tipo de trabalho parlamentar sobre o número de votos permite que se estabeleçam relações entre o perfil dos votos e as características dos candidatos.

O trabalho está organizado da seguinte forma. A primeira seção discute a literatura sobre as características do sistema eleitoral brasileiro, principalmente a presença de incentivos para busca do voto pessoal nas campanhas eleitorais e os trabalhos empíricos que se preocuparam com os efeitos eleitorais das emendas orçamentárias. A segunda seção ressalta as contribuições desse trabalho. A terceira seção define o modelo empírico e as variáveis utilizadas. A quarta seção apresenta e discute os resultados preliminares. Finalmente, a última seção resume e conclui.

I. VOTO PESSOAL E EMENDAS PARLAMENTARES.

A discussão sobre a influência do sistema eleitoral sobre o comportamento dos políticos no Brasil ganhou uma dimensão distinta com a publicação do trabalho pioneiro de Scott Mainwaring (1991). Neste trabalho, publicado quase que simultaneamente nos EUA e no Brasil, o autor enfatiza a fraqueza dos partidos políticos brasileiros, enquanto organização, e a acentuada autonomia individual usufruída pelos políticos.

Segundo o mesmo autor, o individualismo dos políticos frente a seus partidos seria consequência do tipo de sistema eleitoral brasileiro, cuja principal característica é o sistema eleitoral proporcional com lista aberta. Neste tipo de sistema, embora o número de vagas a serem atribuída a cada partido dependa da votação geral de seus candidatos, a eleição ou não de um determinado candidato depende da sua votação individual no interior da lista partidária. Assim, a capacidade dos eleitores em determinar os candidatos eleitos em cada

partido teria mais peso do que a vontade das organizações partidárias. Esta perspectiva é corroborada pela literatura sobre o assunto que tende a destacar os incentivos para a consolidação de uma reputação pessoal proporcionados por sistemas eleitorais proporcionais, com lista aberta e com distritos de grande magnitude. A magnitude dos distritos teria importância na medida em que quanto maior o número de eleitos, maior o número de candidatos e, portanto, maior a importância eleitoral de uma estratégia que individualize um determinado candidato frente aos demais (Carey e Shugart, 1995).²

O individualismo dos políticos já poderia ser comprovado pelo fraco papel desempenhado pelos partidos nas campanhas eleitorais. Nestas últimas, ao se encarregarem do material de propaganda, arrecadação de fundos e outras atividades, os candidatos tenderiam a explorar mais suas qualidades pessoais em detrimento da filiação partidária. A condução individual das campanhas tornaria comum a competição eleitoral aguçada entre candidatos de um mesmo partido, uma vez que eleitores de um mesmo partido poderiam ser conquistados mais facilmente.

Este quadro de fraqueza partidária e, principalmente, do individualismo na condução das campanhas abriu a porta para uma literatura originada nos Estados Unidos. Embora esta literatura esteja voltada para um sistema eleitoral diferente, o papel preponderante que os políticos pessoalmente desempenham nas eleições seria similar.³ Assim, temas vinculados à “conexão eleitoral” (Mayhew, 1974), tais como as estratégias para desenvolver um voto pessoal, a existência de vantagens para os políticos que tentam se reeleger frente aos outros candidatos, ou as condições em que é possível reclamar crédito por benefícios aos eleitores, passam a ser comuns no debate brasileiro. Dentre estes temas, um é particularmente importante para este trabalho, qual seja: a tentativa por parte dos candidatos de desenvolver laços pessoais com seus eleitores, um tipo de voto pessoal, ao invés de partidário.⁴

² No Brasil, a magnitude dos distritos varia de 8 a 70 vagas por estado. Segundo informações coletadas pelo LEEX, o número médio de candidatos por vaga para a Câmara Federal tem crescido ao longo das três últimas eleições, subindo de 5,9 nas eleições de 1994, para 6,7 em 1998 e, finalmente, para 8,4 nas eleições de 2002. (ver site do LEEX em www.ucam.edu.br/leex/Brasil).

³ Como afirmado por Mainwaring (1999): “In the catch all parties that still dominate electoral competition, politicians respond first and foremost to local and state interests, somewhat as they do in the United States (Mayhew, 1974).”

⁴ De acordo com Cain, Ferejohn e Fiorina (1987: 9): “The personal vote refers to that portion of a candidate’s electoral support which originates in his or her personal qualities, qualification, activities, and record. The part of the vote that is not personal includes support for the candidate based on his or hers partisan affiliation,

No caso brasileiro, a adoção de estratégia eleitoral de buscar o voto pessoal seria resultado de dois aspectos relacionados. O primeiro é a pouca importância da reputação partidária, na medida em que esta última implicaria em enfatizar os temas mais amplos da agenda política e a força coletiva do partido, em termos de coerência ideológica e capacidade administrativa. O segundo aspecto é o alto grau de competição que os parlamentares têm de enfrentar quando tentam a reeleição, e a baixa previsibilidade dos resultados eleitorais, pois a eleição de um determinado candidato vai depender tanto do desempenho agregado de seu partido como do seu desempenho pessoal na lista de candidatos. Por exemplo, ao analisar os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados em 1998, Nicolau (2002) verifica que dentre os 384 deputados que tentaram a reeleição apenas 269 lograram seu intento. Ao analisar o contingente dos 115 deputados que tentaram a reeleição sem sucesso o autor verifica que a maioria (80) deveu a derrota à perda de posição no interior da lista partidária. Em outras palavras, a maioria dos deputados perderam o mandato pois foram derrotados por membros do mesmo partido.

Conseqüentemente, o voto pessoal seria priorizado pelos candidatos, pois aumentaria suas chances de eleição e a de seus companheiros de partido, em detrimento do voto na legenda, que aumenta apenas as chances coletivas. Na prática das campanhas, isto significa que o candidato procuraria adotar estratégias específicas que o diferenciem dos demais candidatos, inclusive do próprio partido.

Como argumentado por Ames (1995a), os candidatos buscam concentrar seus votos em municípios espacialmente adjacentes, a fim de reduzirem os custos da campanha. Ao contrário dos sistemas distritais simples – onde os candidatos perseguem a maioria dos eleitores – em sistemas proporcionais, a reeleição é possível com fatias pequenas, mas fiéis, do eleitorado. De acordo com Ames, a principal estratégia que um deputado poderia ter para garantir sua reeleição seria constituir “distritos informais”, redutos eleitorais, e agir de acordo com seus congêneres americanos. É no trabalho de trazer benefícios para estas localidades que um deputado assegura um conjunto fiel de eleitores e afugenta potenciais

fixed vote characteristics such as class, religion, and ethnicity, reactions to national conditions such as the state of the economy, and performance evaluations centered on the head of the governing party.”

competidores.⁵ Ames define “dominância municipal” como a parcela de votos recebida por um candidato em relação ao total de votos atribuído a todos os candidatos num determinado município. A dominância seria importante para determinar a estratégia eleitoral de um deputado; pois, quanto maior for a dominância municipal, mais o candidato pode reclamar o crédito pelos benefícios conquistados em Brasília e maiores os obstáculos para os eventuais desafiantes obterem retorno eleitoral por suas atividades naquele município.

Esta perspectiva é corroborada por Pereira e Rennó (2001 e 2003), que destacam a importância eleitoral das emendas parlamentares.⁶ Ao analisarem os determinantes da reeleição para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998 para deputados eleitos em 1994, estes autores salientam que os aspectos políticos locais têm se mostrado mais importantes para determinar as chances de reeleição mesmo quando incluídos em um modelo que leva em consideração os aspectos nacionais tais como a atuação parlamentar do candidato ou seu envolvimento em assuntos de escopo mais amplo que seus redutos eleitorais. Em outras palavras, o processo de *accountability* do sistema político brasileiro seria primordialmente local. Esta preponderância dos aspectos locais teria explicação no sistema eleitoral que “cria incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais do que com a *performance* nacional dos seus representantes, o que faz com que a participação dos parlamentares no âmbito nacional, principalmente na Câmara dos Deputados, seja orientada pela busca de benefícios que possam ser utilizados no plano local, como forma de alcançar maiores retornos eleitorais.”(Pereira e Rennó, 2001: 324) Os resultados apresentados indicam que a probabilidade de reeleição estaria positiva e significativamente relacionada à capacidade de um deputado de fazer executar as emendas aprovadas na base eleitoral.

Em suma, a despeito de uma já crescente literatura sobre o tema, ainda não existe convergência sobre a importância eleitoral das emendas orçamentárias. Em larga medida, estas divergências se devem ao fato dos autores envolvidos utilizarem diferentes variáveis para capturar o efeito das emendas (propostas, aprovadas ou executadas). Outro problema é a ausência de uma definição específica sobre os efeitos esperados das emendas (dominância

⁵ “Since pork matters more than national policy, neither local bosses nor individual voters want to replace a deputy who has delivered. Local vs. local contests, therefore, are so difficult they rarely occur.” (Ames, 1995b: 416)

⁶ Ver também Pereira e Muller (2003).

municipal ou probabilidade de reeleição). Embora muito se tenha discutido sobre o efeito eleitoral das emendas orçamentárias, este efeito ainda não foi claramente especificado. Em geral, o objetivo final desses trabalhos é vincular os incentivos ao voto pessoal proporcionados pelo sistema eleitoral à atuação do parlamentar, principalmente sua relação com o Executivo através das emendas orçamentárias. Provavelmente, isto torna menos importante a análise do efeito real de uma emenda sobre os votos recebidos pelo deputado proponente no município em que a emenda foi executada.

O primeiro objetivo deste trabalho, portanto, é contribuir para melhor compreensão dos efeitos eleitorais das emendas parlamentares a partir de uma nova metodologia e base de dados em relação ao usualmente utilizado neste tipo de análise. Com relação à literatura revista, ele propõe uma inversão da seqüência dedutiva empregada até aqui: primeiro, é necessário verificar se as emendas, ou outro tipo de realização no município, trazem algum tipo de retorno eleitoral em termos de votos, depois a proporção de candidatos cuja reeleição depende dessa estratégia, finalmente, quais as conseqüências para o processo decisório. Com este intuito, ele é o primeiro teste empírico para saber se a execução das emendas ou de obras de transporte desvinculadas de emendas nos municípios atrai votos ou não.

II. OBRAS PÚBLICAS E CRÉDITO ELEITORAL

A despeito do intenso debate sobre as conseqüências eleitorais das emendas orçamentárias, autores como Samuels (2002) e Figueiredo e Limongi (2002) ressaltam o pequeno valor médio dessas emendas.⁷ Mesmo que fossem executadas em sua maioria, essas emendas teriam impacto reduzido na vida dos eleitores e seriam insuficientes para proteger os redutos eleitorais dos parlamentares. O impacto eleitoral das emendas orçamentárias seria reduzido, seja porque os eleitores não conseguem identificar os benefícios advindos da emenda, seja porque não conseguem identificar o deputado responsável pelo benefício recebido. Este último aspecto é salientado pela ausência de vantagem eleitoral clara dos deputados em relação aos outros candidatos, observada pelas taxas comparativamente baixas de reeleição no Brasil – historicamente situadas em torno de

⁷ Segundo Samuels (2002: 847), o valor médio das emendas aprovadas ao orçamento em 1993 foi de aproximadamente 256 mil dólares.

50% do total de deputados – principalmente em relação ao sistema americano que tende a apresentar taxas superiores a 90%.⁸

O impacto restrito das emendas parlamentares leva à discussão da outra contribuição deste trabalho que é ampliar a discussão da personalização do voto para incluir também outras realizações do poder público que não aquelas vinculadas à execução das emendas orçamentárias. Em outras palavras, a literatura sobre a personalização do voto tem se limitado àquelas obras cujo crédito pode ser formalmente reclamado por um parlamentar e ignorado a maioria das obras realizadas pelo poder público.

Segundo o senso comum, neste tipo de obra, os eleitores observariam as realizações do executivo, mas não seriam capazes de atribuir crédito a nenhum político que não o representante do poder executivo formalmente responsável pela obra. Todavia, o representante do poder executivo não alcançou tal posto isoladamente, mas através de uma candidatura apoiada por inúmeros políticos – sejam estes parlamentares ou não; seria difícil acreditar que as realizações do poder executivo não pudessem ser apropriadas por todos os políticos que o apoiaram no momento da eleição, ou na condução de seu governo.

A questão então é saber que tipo de político seria capaz de reclamar, de forma crível para os eleitores, o crédito pela obra realizada pelo executivo. Qual a informação utilizada pelo eleitorado para atribuir crédito pela obra do executivo que não fosse ocasionada por emenda parlamentar? Em outras palavras, que características – pessoais e político-partidárias – reforçariam a reclamação do crédito por parte de um político perante os eleitores?⁹

⁸ Segundo Pereira e Muller (2003), as eleições de 1998 foram as primeiras em que o número de deputados reeleitos foi superior ao dos novos deputados na Câmara Federal. Estas baixas taxas de reeleição no Brasil levam David Samuels (2000 e 2003) a argumentar que o fenômeno a ser explicado não é a reeleição dos deputados, ou a existência de vantagens eleitorais para os parlamentares que tentam renovar seus mandatos; mas, a renovação da Câmara. Esse autor acredita que a explicação pode estar no fato de que os melhores candidatos potenciais tenderiam a buscar outros cargos, principalmente no executivo.

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o atributo pessoais dos candidatos, ver Shugart et al (2005). Em mais um desvio com relação à literatura sobre o voto pessoal, este trabalho procura enfocar também as características político-partidárias dos candidatos. Em termos práticos, se a observação dos mapas eleitorais permite verificar que vários candidatos conseguem concentrar localmente seus votos, essa capacidade talvez não seja resultado exclusivo dos seus atributos pessoais (incluindo-se a capacidade de atrair recursos federais através de emendas parlamentares), mas também das suas características político-partidárias que lhes dariam credibilidade para reclamar também o crédito por obras não oriundas das suas emendas. Esta perspectiva permitiria dar um passo adiante num debate que tem sido teoricamente reduzido à aceitação ou recusa dos incentivos ao voto pessoal estabelecidos pelo sistema eleitoral brasileiro e integrar estas duas abordagens.

Para responder a estas questões, este trabalho enfoca as obras realizadas pela DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S.A.)¹⁰, organismo encarregado das obras rodoviárias (novas estradas e reparo das antigas), nos municípios do Estado de São Paulo entre 1999 e 2002. O enfoque em obras rodoviárias é apropriado porque este tipo de obra é um tipo clássico de bem público geograficamente localizado e bastante perceptível pelos eleitores. Em termos concretos, uma vez que uma obra da DERSA é realizada em um município paulista, durante os quatro anos que precederam a eleição de 2002, quais candidatos foram capazes de reclamar o crédito pela obra e transformá-la em votos?

III. ESPECIFICAÇÃO DO MODELO E DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS

A única forma de verificar se os recursos transferidos pelas emendas ou pela realização de obras pela DERSA têm efeitos nos votos obtidos pelos deputados que as patrocinam é decompor a análise por município. Embora a reeleição seja definida pela contagem de votos obtidos no estado, os municípios devem ser as unidades de análise; afinal, os municípios são objetos das emendas orçamentárias e onde se espera que essas realizações façam diferença em termos de votos para seus patrocinadores. Assim, os candidatos tenderiam a privilegiar benefícios que possam ser geograficamente especificados. Este aspecto cresce de importância quando as desigualdades no interior do estado levam a que os prefeitos de vários municípios dependam desses recursos para efetivar algum tipo de investimento público. A análise por município, além disso, permite que se estabeleçam relações entre o perfil dos votos e as características demográficas do município.

A pesquisa será restrita ao estado de São Paulo, pois é o estado para o qual existem as informações necessárias. Este estado, entretanto, apresenta características que tornam este estudo particularmente interessante. Por ser o estado mais rico, as atividades do governo estadual têm maior influência nos resultados eleitorais do que a de estados que vivem essencialmente de transferências. Por outro lado, São Paulo é o distrito de maior magnitude – com setenta vagas para deputado federal – e dos mais competitivos

¹⁰ A DERSA é uma sociedade de economia mista e controlada pelo governo do estado de São Paulo e cujo objetivo é construir, operar, manter e administrar rodovias e terminais intermodais, algumas delas através de remuneração através de praças de pedágio.

eleitoralmente.¹¹ Estes dois fatores levam a hipótese de que as demandas dos candidatos por realizações que possam credenciá-los frente a seus eleitores também devem atingir o governo estadual. Portanto, temos motivos para crer que a opção pelo Estado de São Paulo aumente a validade interna dos nossos resultados ao custo de perda de validade externa, ou seja, não há nada que indique que esses resultados valem para outro estado da federação.

Para avaliar a estratégia eleitoral dos candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo, seguimos inicialmente a literatura apresentada anteriormente procurando estabelecer a correlação entre (i) a votação e as realizações do candidato e (ii) a votação e a biografia do candidato; entretanto, este trabalho apresenta duas inovações importantes. A primeira inovação, já salientada, é a ampliação do conceito de “emendas” para a inclusão de obras não vinculadas à execução de emendas ao orçamento federal. A grande vantagem é ampliar o escopo da nossa análise para além dos candidatos que já são parlamentares e buscam a reeleição. A outra inovação é que trabalhamos com um painel balanceado de deputados o que nos permite corrigir para um possível viés de seleção. O problema do viés de seleção foi tratado originalmente por Levit (1994). Apesar da evidência de grande correlação entre os gastos de campanha e o porcentual de votos dos candidatos, é difícil de saber a causalidade dessa relação. Deputados mais competitivos são também aqueles com maior capacidade de obter recursos para sua campanha. Uma maneira de resolver esse problema é trabalhando com os dados em diferenças. Digamos que o deputado A seja mais competitivo que o deputado B. Se essa diferença de competitividade não se altera ao longo do tempo, podemos eliminar esse fator idiossincrático simplesmente diferenciando os votos de um ano eleitoral para o outro. Ou seja, a correlação entre a variação no total de votos do candidato e a variação dos gastos de campanha deve ser causal se a competitividade entre os candidatos não se alterou ao longo do tempo.

Isso significa, no entanto, que a nossa amostra envolverá apenas os 141 candidatos a deputado federal que se candidataram tanto nas eleições de 1998 e quanto nas eleições de 2002. Como o objetivo desse trabalho é avaliar o impacto eleitoral das obras realizadas nos municípios, separadamente do impacto das outras realizações derivadas das emendas parlamentares, a restrição da análise àqueles que se candidataram nas duas eleições permite

¹¹ De acordo os dados apresentados no site do LEEX, nas eleições de 2002, o estado de São Paulo apresentou o quinto maior índice de competitividade eleitoral dentre os estados brasileiros, com 10,3 candidatos por vaga (ver <http://www.ucam.edu.br/leex/>).

o controle de idiosincrasias de cada candidato. Além dos aspectos imutáveis entre uma eleição e outra, é preciso ressaltar que este é um conjunto de candidatos de qualidade, capazes de se apresentarem em duas eleições seguidas.¹²

A unidade de análise é a votação recebida por cada um desses 141 candidatos em cada um dos 645 municípios paulistas, perfazendo um total de 90 945 observações. Como discutido anteriormente, a idéia básica é que a variação da votação de um candidato em um determinado município depende das realizações que o candidato pode reclamar crédito como suas (“credit claim”) que, por sua vez, dependem do perfil do candidato, sua inserção político partidária, e de outras variáveis estaduais que possam afetar o seu desempenho eleitoral.

Mais especificamente, a variável dependente será a variação na votação dos candidatos em cada um dos municípios entre as eleições de 1998 e 2002.

$$\Delta \text{votos}_{2002/1998} = \text{perfil} + \text{política} + \text{eleito} + \Delta \text{votospartido}_{2002/1998} + \Delta \text{gastos}_{2002/1998} + \text{emendas}_{1999-2002} + \text{obras}_{1999-2002} \quad (1)$$

O modelo procura explicar o impacto da realização de obras na variação de votos do candidato “i” a partir do seu perfil e inserção político-partidária. Essas variáveis são necessárias para que se possa inferir qual candidato poderia se habilitar a reclamar o crédito pela obra realizada. É preciso salientar que, mesmo que a obra tenha sido solicitada por outro candidato, o impacto eleitoral somente ocorrerá se alguém for capaz de reclamar de forma crível perante o eleitorado local o crédito pela sua realização. No caso das obras pela DERSA, por não serem formalmente atribuídas a nenhum candidato, esta verificação será feita através da interação com as variáveis definidas abaixo.

Dessa forma, “Perfil” é uma variável que determina a quantidade de votos que cada candidato teve em cada um dos municípios (*v98*);¹³ da mesma forma, candidatos com maiores votações em 1998 devem ser mais conhecidos e, portanto, terem mais capacidade de reclamar o crédito. “Eleito” é uma variável “dummy” que indica se o candidato foi eleito em 1998 (*ele98*), pois deputados eleitos teriam mais facilidade para reclamar o crédito que candidatos sem mandato parlamentar. “Política” é representada por duas variáveis

¹² Embora este grupo represente cerca de 20% do total (141 de 703) dos candidatos a deputado federal em 2002 por São Paulo, ele contém mais de 60% do total de eleitos (44 de 70) naquela eleição.

¹³ Os nomes em negrito são os que aparecem nas tabelas. Eles foram incluídos para ajudar a localizar a definição da variável.

“dummy” que identificam o perfil partidário do candidato. É de se supor que candidatos que concorreram pelo mesmo partido do governador do estado (*gov02*) ou pertencente à coligação eleitoral do governo em 2002 (*col02*) tenham maiores condições para reclamar o crédito pela realização. Todos os dados de desempenho eleitoral foram recolhidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Além dessas quatro variáveis, o modelo também inclui três outras variáveis tradicionalmente utilizadas para explicar o desempenho eleitoral dos candidatos. A primeira variável é uma variável de controle, “ Δ votospartido” que mede a diferença no desempenho do partido no estado entre as eleições de 2002 e 1998 (*dif_vpart*), na suposição de que o desempenho eleitoral de determinado candidato em determinado município depende de variação no desempenho de seu partido como um todo. A segunda variável, também usada como controle é “ Δ gastos”, que mede a diferença entre as eleições de 2002 e 1998 nos gastos agregados de campanha declarada pelos candidatos ao Tribunal Regional Eleitoral (*dif_gasto*).

De acordo com Samuels (2001), a fraqueza dos partidos eleva os gastos de campanha porque os candidatos têm poucos canais de comunicação com seus eleitores. As chances de reeleição seriam maiores para aqueles candidatos que fossem capazes de arrecadar fundos de forma individual e orientar, de forma autônoma em relação à direção partidária, seus gastos para promover sua reputação pessoal. Tal como discutido, se os gastos de campanha influenciam o desempenho eleitoral dos candidatos de forma agregada, é de se supor que essa influência seja exercida em cada município.¹⁴

A terceira e última variável, “emendas”, especifica o total de investimentos realizados em cada município derivado de emendas parlamentares ao orçamento federal (*emendas*). Em princípio, o valor das emendas pode representar diferencial importante para os candidatos eleitos em 1998 com relação àqueles candidatos que não se elegeram; assim, os deputados com volume maior de emendas aprovadas seriam mais competitivos do que os demais candidatos. Finalmente, “obras” é uma variável “dummy” com valor um se foram realizadas obras pela DERSA naquele município durante o período 1999-2002 (*obras*).

¹⁴ A prestação de contas de cada candidato refere-se apenas ao gasto agregado para o estado, não permitindo observar os gastos por município, o que seria uma medida mais precisa caso exista variância na proporção dessa distribuição.

A tabela 1 abaixo expõe a estatística descritiva das variáveis. A tabela permite verificar que, em média, os 141 candidatos aumentaram em cerca de 30, o número médio de votos por município. Dado um eleitorado de 30 mil pessoas por município, estaríamos falando de um aumento de 0,1% em 4 anos o que está certamente abaixo do aumento populacional no período indicando uma concorrência maior em 2002 vis a vis 1998. Da mesma forma, os partidos aos quais pertencem estes candidatos aumentaram em média cerca de 284 mil votos por eleição.

TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

<i>VARIÁVEL</i>	<i>OBS</i>	<i>MÉDIA</i>	<i>D. PADRÃO</i>	<i>MÍNIMO</i>	<i>MÁXIMO</i>
Dif_Votos	90945	29.98441	1009.37	-68733	170739
Dif_VPartido	90945	283998.7	826950.1	-1525848	1939314
Dif_Gastos	90945	69079.25	159930.1	-337460	727655
Votos_98	90945	69.80299	1413.174	0	154475
Emendas	90945	2452.797	34157.53	0	2206000
Eleito_98	90945	.3546099	.4783976	0	1
PGov02	90945	.1205674	.3256256	0	1
PCoal02	90945	.1702128	.3758217	0	1
PPref02	90945	.0812249	.2731817	0	0
Obras	90945	.5147287	.4997858	0	1

A mesma tabela ainda mostra que os gastos médios por candidato foram maiores em (cerca de 69 mil reais) e o valor médio das emendas parlamentares ao orçamento federal executadas por município foi de 2.450 reais.¹⁵ Além disso, 50 dos 141 (35.5%) candidatos foram eleitos em 1998 e tentaram a reeleição.¹⁶ Outras informações sobre o perfil político-partidário dos 141 candidatos indicam que 17 (12%) deles concorreram pelo PSDB (partido do governador eleito em 2002) e 24 (17%) pertenciam aos partidos da coligação eleitoral

¹⁵ O número referente ao valor médio das emendas deve ser tratado com cautela. Por definição, apenas os candidatos eleitos podem executar emendas parlamentares ao orçamento federal. Além disso, como é de se esperar pela literatura, a distribuição dessas emendas pelos parlamentares não é aleatória, o que pode ser verificado pela análise dos dados, onde uns poucos municípios concentram o total de recursos.

¹⁶ Note que essa porcentagem refere-se à amostra. No máximo 70 deputados poderiam se re-candidatar, portanto $50/70=71\%$ dos eleitos em 98 se candidataram em 2002. Dos 50 candidatos que tentaram a reeleição, mais de 70% (36) foram bem sucedidos.

que apoiou o candidato do PSDB¹⁷ enquanto 8% dos candidatos a deputado pertenciam ao partido de pelo menos um dos prefeitos eleitos em 2000. Finalmente, entre 1999 e 2002 a DERSA realizou obras em 332 dos 645 municípios paulistas (51, 5%).

IV RESULTADOS PRELIMINARES: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Em todos os modelos da Tabela 2 abaixo, a variável dependente é o diferencial bruto de votos de cada um dos 141 candidatos em cada um dos 645 municípios paulistas. Antes de interpretar é preciso considerar se o grupo de candidatos analisados é potencialmente mais competitivo em termos eleitorais que o total de candidatos às eleições de 2002, portanto a magnitude dos coeficientes analisados nesta seção pode estar subestimada.

A primeira coluna da tabela apresenta os resultados para um modelo simples, contendo apenas os coeficientes dos efeitos independentes das variáveis, as colunas seguintes apresentam os modelos contendo interações entre a variável relativa à realização de obras pela DERSA e as variáveis políticas. O último modelo inclui todas as interações simultaneamente.

O diferencial de votos do partido como um todo entre as eleições de 1998 e 2002 tem um efeito positivo e relativamente estável. A influência da votação do candidato em um determinado município nas eleições de 1998 sobre as eleições seguintes é instável; embora sempre positiva, ela perde significância estatística em alguns modelos. Já a vantagem em ser deputado eleito no pleito de 1998 não se materializou nos resultados apresentados, ou seja, aparentemente os eleitos não têm vantagens significativas sobre os demais candidatos.

¹⁷ A coligação eleitoral que apoiou Geraldo Alckmin, candidato do PSDB, também incluiu o PFL e o PSD.

TABELA 2: DIFERENCIAL DE VOTOS POR CANDIDATO

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	dif v	dif v	dif v	dif v	dif v	dif v	dif v
dif_vp	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
v_98	0.012***	0.009	0.012***	0.012***	0.012***	0.012***	0.010
	(0.003)	(0.007)	(0.003)	(0.003)	(0.003)	(0.003)	(0.007)
ele98	-1.792	-1.764	-16.005	-1.790	-1.789	-1.913	-13.342
	(7.543)	(7.543)	(10.384)	(7.543)	(7.543)	(7.541)	(10.522)
gov02	-46.841**	-46.846**	-46.839**	-65.834***	-46.884**	-47.315**	-53.550**
	(18.556)	(18.556)	(18.556)	(21.336)	(18.556)	(18.552)	(26.060)
col02	56.192***	56.161***	56.197***	56.180***	37.752**	55.884***	46.027**
	(15.936)	(15.937)	(15.936)	(15.936)	(18.355)	(15.933)	(22.637)
pref02	104.611***	104.673***	104.598***	104.888***	104.862***	102.853***	103.116***
	(12.668)	(12.669)	(12.668)	(12.669)	(12.669)	(12.668)	(12.669)
dif_gastos	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***	0.000***
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
emendas	0.003***	0.003***	0.003***	0.003***	0.003***	0.003***	0.003***
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
obras	21.443***	21.271***	11.640	17.009**	15.353**	21.157***	8.461
	(6.648)	(6.655)	(8.272)	(7.088)	(7.296)	(6.646)	(8.513)
obras_v98		0.004					0.002
		(0.007)					(0.007)
obras_e98			27.671**				22.289
			(13.895)				(14.282)
obras_gov02				36.807*			12.044
				(20.410)			(35.528)
obras_col02					35.803**		19.108
					(17.684)		(31.240)
obras_pref02						2726.29***	2706.01***
						(409.619)	(409.773)
Constant	-20.452***	-20.355***	-15.402**	-18.179***	-17.326***	-20.112***	-13.579**
	(5.598)	(5.601)	(6.146)	(5.738)	(5.807)	(5.597)	(6.231)
Observations	90945	90945	90945	90945	90945	90945	90945
R-squared	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02	0.02

Desvio padrão em parênteses

* significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%

Outra surpresa é o sinal negativo do coeficiente para o fato do candidato ser da lista do partido do governador. Já o coeficiente para os candidatos que participaram da coligação eleitoral do governo apresenta um sinal positivo e significativo estatisticamente para todos os modelos. Em conjunto estas duas variáveis implicariam que os candidatos que foram representantes do partido do governador nas eleições de 2002 não tiveram vantagem eleitoral sobre os candidatos de partidos pertencentes à coligação eleitoral do governo no entanto, essa conclusão é ainda preliminar dado que a variável de coligação acumula tanto o efeito de ser do mesmo partido como o efeito de ser da coligação.

Pretendemos explorar com mais cuidado essa relação em trabalhos futuros. Por outro lado, o fato do prefeito ser do mesmo partido que o candidato a deputado é significante e positiva em todas as especificações como seria de se esperar.

O efeito do gasto de campanha é positivo; em outras palavras, quanto mais os candidatos gastaram nas eleições de 2002 com relação a 1998, mais votos obtiveram; é importante ressaltar que o sinal permanece estável e significante estatisticamente ao longo de todos os modelos testados. Este resultado confirma análises anteriores acerca do impacto positivo do gasto de campanha, mesmo trabalhando com diferenças (no entanto, o resultado não se mantém quando trabalhamos em logaritmo – vide mais adiante).

O efeito da realização de emendas, capacidade restrita àqueles eleitos em 1998, também é positivo e significativamente diferente de zero em todos os modelos testados. Entretanto, a magnitude da variável também é muito pequena; mais especificamente, para cada mil reais aplicados através de emendas em determinado município, o rendimento eleitoral médio esperado é de cerca de três votos adicionais.¹⁸ Novamente, cabe salientar que os deputados não escolhem o local de execução de suas emendas de forma aleatória entre os 645 municípios paulistas. Isto pode significar que o coeficiente desta variável pode representar o efeito de outras variáveis representativas da relação do candidato com os eleitores do município. O efeito médio das obras realizadas pela DERSA sobre o diferencial de votos dos candidatos nos municípios é positivo e significante no primeiro modelo da tabela 2. Mais especificamente, a realização de uma obra em determinado município tende a gerar um retorno eleitoral médio de cerca de vinte votos para os candidatos naquele município. Como estamos trabalhando com os dados em nível isso pode significar que os municípios com obras são também os mais populosos.

Para os nossos fins estamos preocupados em saber como as obras podem ser utilizadas eleitoralmente. Uma obra somente terá impacto eleitoral se algum político puder reclamar com credibilidade a “paternidade” da sua realização. Quanto mais um político for capaz de reclamar o crédito de uma obra, mais o retorno eleitoral dessa obra tenderá a privilegiar esse político em detrimento de outros, ou seja, a obra irá causar um diferencial eleitoral no município. É por isso que a leitura adequada do efeito dessa variável somente

¹⁸ O valor máximo de emendas executadas em um município por um parlamentar em 2002 foi de mais de 2 milhões de reais, o que daria a considerável vantagem de cerca de 12 mil votos a este parlamentar frente aos demais.

pode ser realizada quando são utilizadas as interações com as outras variáveis que poderiam indicar a “paternidade” política da obra.¹⁹ Essas interações realizadas a partir da segunda coluna são discutidas abaixo. As interações foram introduzidas uma a uma e depois contrastadas com um modelo completo, onde todas as interações são introduzidas simultaneamente, que é exposto na última coluna da tabela.

De acordo com a segunda coluna da tabela, a primeira interação, entre a realização de obras pela DERSA e a votação anterior do candidato no mesmo município, não pode ser considerada diferente de zero. Este resultado é surpreendente, pois se esperava que candidatos que obtiveram votação maior no município em que a obra da DERSA foi realizada tivessem maiores condições de reclamar para si os créditos pela realização da obra. Como se verá mais abaixo, este resultado talvez seja determinado pela distribuição das observações.

Seguindo adiante, na terceira coluna o coeficiente da interação entre a realização de obras e o fato do candidato ser deputado eleito revela-se positivo, significativamente diferente de zero, mas perde significância no modelo completo. O coeficiente para a interação entre a realização de obras e o fato de o candidato pertencer ao partido do governador nas eleições de 2002 tem o efeito positivo esperado, conforme demonstrado pela análise da quarta coluna da tabela. Em termos estatísticos, o coeficiente é significativo apenas a 10%, o que deixa de ocorrer no modelo completo da última coluna. Ou seja, é impossível afirmar com certeza que a proximidade com o governo do estado implicaria em maior credibilidade no reconhecimento pelas obras da DERSA.

Situação similar é encontrada quando se analisa o coeficiente para a interação entre a realização de obras e o fato do candidato pertencer à coligação eleitoral do governo. Embora o coeficiente seja positivo e significativo estatisticamente (a 5%) no modelo da quinta coluna, no modelo completo da última coluna ele também perde significância estatística, embora permaneça positivo.

Note-se que o coeficiente para a variável que indica se o candidato pertence à coligação eleitoral do governo permanece positivo e significativo estatisticamente ao longo de todos os modelos testados. Este último aspecto pode indicar que existe vantagem

¹⁹ Note-se que isso não seria necessário no caso das emendas, cuja “paternidade” estaria formalmente assegurada ao parlamentar proponente.

eleitoral em estar próximo ao governo, mas que pertencer ao partido do governador não implicaria em vantagem maior como discutido anteriormente. De qualquer forma, o fato do candidato estar próximo ao governo não implicaria em maior capacidade em reclamar crédito pelas obras realizadas pela DERSA o que é inesperado.

Ao contrário da relação com o governador, a relação com o prefeito segue o esperado. Pelos nossos resultados, é bem mais fácil reclamar a paternidade da obra para candidatos que sejam do mesmo partido do prefeito. Esse resultado é o único que sobrevive na especificação completa na coluna (7). Ou seja, as diferentes especificações expostas na tabela 2 levam à conclusão preliminar que as obras realizadas em um município teriam sua “paternidade” mais facilmente reclamada sobretudo pelos candidatos do mesmo partido que o prefeito eleito em 2000.

Embora esses resultados apresentados na tabela 2 sejam importantes como primeira aproximação, é importante notar que os dados analisados até agora apresentam variações muito extremadas, o que pode enviesar os resultados. A confiança nesses resultados seria aumentada consideravelmente se a influência de valores extremos fosse minimizada.²⁰ Com este objetivo, recorreu-se a um procedimento padrão em análises deste tipo, que é usar o logaritmo das variáveis contínuas como recurso para tornar sua distribuição menos aguda.²¹ Este procedimento implica que os coeficientes agora devem ser lidos como variação percentual²². Para facilitar a comparação, os modelos utilizados na tabela 3 abaixo incluem as mesmas variáveis da tabela 2 e são apresentados na mesma ordem.

Ao contrário do modelo anterior, a diferença de desempenho do partido como um todo passa a ter sinal negativo, embora o coeficiente não seja estatisticamente diferente de zero em nenhum modelo. Essa diferença de resultado sugere que o resultado obtido anteriormente estava mais relacionado a um efeito de escala do que a uma correlação legítima; estudos futuros são necessários para compreender melhor essa relação. Por outro

²⁰ De acordo com a primeira linha da tabela 1, a diferença de votos para cada candidato em cada um dos municípios, apresenta uma média de cerca de 30 votos, mas um desvio padrão de 1009. Além disso, a variável apresenta um mínimo e um máximo de - 68733 e 170739 respectivamente.

²¹ Para manter o mesmo número de observações, que seria reduzido pela impossibilidade de calcular o logaritmo de observações que tenham valor zero, foi utilizado outro procedimento padrão na análise econométrica, adicionar o valor “um” a estas variáveis e depois calcular o logaritmo. Esse procedimento foi adotado para as cinco primeiras variáveis da tabela 2, as variáveis contínuas, visto que não faz sentido “logaritmizar” as variáveis “dummy”.

²² Mais especificamente, como é conhecido, para variáveis contínuas o coeficiente representa a variação percentual da variável dependente dada uma variação percentual na independente.

lado, a variável para os votos recebidos nas eleições de 1998 passa a ter sinal negativo e significativo, exceto quando o modelo também inclui sua interação com a realização de obras e no modelo completo da última coluna. O sinal negativo para este coeficiente poderia indicar um processo de convergência em que os candidatos que tiveram votação alta nas eleições anteriores tenderiam a ter votação mais baixa e vice-versa²³. No entanto, a instabilidade do coeficiente indica que o resultado não é robusto.

O efeito de ser candidato pelo partido do governador também é distinto com relação à tabela anterior, pois apresenta sinal positivo e significativo em todos os modelos. Já a variável que identifica os candidatos representantes de partidos pertencentes à coligação do governo manteve seu efeito positivo e significativo estatisticamente. Em conjunto, esses dois resultados apontam para vantagem eleitoral para os candidatos do partido do governador ou da coalizão indicando que o resultado obtido anteriormente poderia ser espúrio dado o efeito escala discutido anteriormente.

Os coeficientes para os gastos de campanha também não reproduzem o mesmo comportamento da tabela anterior; embora sejam sempre positivos e de magnitude baixa, eles não são significantes em nenhum dos modelos da tabela. De forma distinta, os coeficientes relativos aos valores das emendas ao orçamento federal executadas no município repetem o padrão encontrado na tabela anterior, ou seja: são sempre positivos e estatisticamente significantes. Se o deputado dobrar o valor da emenda em um determinado município, aumentaria em 9% o diferencial de votos nesse município. Os coeficientes para a variável relativa à realização de obras da DERSA no município reproduzem o caráter errático; embora não percam significância estatística em nenhum dos modelos, em alguns deles o sinal positivo é invertido indicando que tais resultados não são robustos. Esses últimos casos serão retomados abaixo. Finalmente, o fato de o deputado ser do mesmo partido que o prefeito aumenta a proporção de votos do candidato de maneira significativa e estável ao longo de todas as especificações.

²³ Isso é conhecido na literatura como “mean reversion” e é geralmente esperado.

TABELA 3: DIFERENCIAL DO LOGARITMO DE VOTOS POR CANDIDATO

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	<i>diflnvote</i>	<i>diflnvote</i>	<i>diflnvote</i>	<i>diflnvote</i>	<i>diflnvote</i>	<i>diflnvote</i>	<i>diflnvote</i>
diflnvp	-0.003	-0.003	-0.003	-0.003	-0.003	-0.003	-0.003
	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.005)	(0.005)
lnv_98	-0.240***	3.397**	-0.241***	-0.241***	-0.240***	-0.240***	3.364**
	(0.002)	(1.651)	(0.002)	(0.002)	(0.002)	(0.002)	(1.651)
ele98	0.600***	0.601***	0.540***	0.600***	0.600***	0.600***	0.545***
	(0.008)	(0.008)	(0.011)	(0.008)	(0.008)	(0.008)	(0.011)
gov02	0.163***	0.163***	0.163***	0.163***	0.127***	0.163***	0.158***
	(0.019)	(0.019)	(0.019)	(0.019)	(0.022)	(0.019)	(0.028)
col02	0.286***	0.286***	0.286***	0.246***	0.286***	0.286***	0.266***
	(0.017)	(0.017)	(0.017)	(0.020)	(0.017)	(0.017)	(0.024)
pref02	0.094***	0.094***	0.094***	0.094***	0.094***	0.093***	0.094***
	(0.014)	(0.014)	(0.014)	(0.014)	(0.014)	(0.014)	(0.014)
dif_ingastos	0.001	0.001	0.001	0.001	0.001	0.001	0.001
	(0.001)	(0.001)	(0.001)	(0.001)	(0.001)	(0.001)	(0.001)
emendas	0.087***	0.087***	0.087***	0.087***	0.087***	0.087***	0.087***
	(0.003)	(0.003)	(0.003)	(0.003)	(0.003)	(0.003)	(0.003)
obras	0.107***	-3.528**	0.065***	0.093***	0.098***	0.106***	-3.543**
	(0.007)	(1.650)	(0.009)	(0.008)	(0.008)	(0.007)	(1.649)
obras_lnv98		3.638**					3.606**
		(1.651)					(1.651)
obras_el98			0.119***				0.111***
			(0.015)				(0.015)
obras_col02				0.077***			0.038
				(0.019)			(0.033)
obras_gov02					0.069***		0.011
					(0.022)		(0.038)
obras_pref02						0.429	0.377
						(0.439)	(0.439)
Constant	0.132***	0.132***	0.154***	0.138***	0.136***	0.132***	0.157***
	(0.006)	(0.006)	(0.007)	(0.006)	(0.006)	(0.006)	(0.007)
OBS	90945	90945	90945	90945	90945	90945	90945
R-squared	0.13	0.13	0.13	0.13	0.13	0.13	0.13

Desvio padrão em parênteses

* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%

Passando agora para a análise das interações que respondem à principal questão desse artigo. O modelo na segunda coluna revela que o coeficiente da interação entre a realização de obras e a votação do candidato no município nas eleições de 1998 tem agora sinal positivo, significativo e estável, pois quase não se altera no modelo completo, com todas as interações. Vale ressaltar que, nestes dois casos, o coeficiente para a variável representativa de obras da DERSA torna-se negativo e o resultado líquido da obra no

município deve considerar os dois coeficientes. A interação entre a realização de obras e a variável que identifica os deputados eleitos em 1998, tal como na tabela passada, apresenta um sinal positivo e significativo estatisticamente tanto no modelo apresentado na terceira coluna como no modelo completo apresentado na última coluna da tabela. Novamente, o fato de um candidato ser deputado eleito parece credenciá-lo a reclamar o crédito pela realização de obra no município. Em termos mais concretos, a interação entre a realização de obras e os deputados eleitos em determinado município, em média, aumentaria a votação de 1998 em cerca de 11%.

A quarta coluna apresenta os resultados para o modelo que inclui a interação entre a realização de obras pela DERSA e o fato do candidato pertencer ao partido do governador nas eleições de 2002. Repete-se padrão similar ao da tabela anterior com o coeficiente sendo positivo – embora com maior significância estatística – mas perdendo significância no modelo completo da última coluna. O mesmo padrão repete-se quando se analisa o modelo em que é incluída a interação entre a realização de obras e o fato do candidato pertencer a partido da coligação do governo; o coeficiente da interação permanece positivo e significativo. Curiosamente, a interação entre obras e o fato do prefeito ser da mesma coligação do deputado não é significativo nem na especificação (6) que contempla apenas essa interação como no modelo completo indicando que o efeito robusto observado na Tabela 2 pode estar relacionado somente com algum problema de escala. Enquanto o problema de escala é facilmente explicável para os votos do partido (obviamente o partido terá mais votos em nível nos colégios maiores) a compreensão desse efeito escala para o prefeito não é trivial e merece mais trabalhos sobre o tema.

O modelo completo apresentado na última coluna apresentaria o seguinte quadro: os candidatos mais capazes de reclamar o crédito pela obra realizada no município são os que tiveram maior votação local na eleição anterior e os incumbentes. A proximidade do candidato com o governo do estado, seja por ser membro do partido do governador ou de um partido pertencente à coligação do governo, bem como a proximidade do deputado ao prefeito da cidade parecem não influenciar sua capacidade de reclamar o crédito pelas obras realizadas o que é no mínimo curioso.

VI CONCLUSÃO

A literatura sobre os incentivos no sistema eleitoral brasileiro comumente fazem referência ao cultivo do “voto pessoal” e o efeito das emendas parlamentares ao orçamento federal no desempenho eleitoral. De uma forma geral, a capacidade de reclamar crédito pelas realizações locais seria a chave para obter boa votação. Este trabalho se vincula a este debate e procura dar dois avanços empíricos. O primeiro avanço foi a especificação do efeito eleitoral das realizações dos candidatos nos municípios. O segundo avanço foi ampliar a idéia subjacente às emendas parlamentares para incluir também realizações que não fossem derivadas das emendas ao orçamento federal, particularmente as obras realizadas pela DERSA no setor de transportes.

A análise envolveu os 141 candidatos a deputado federal tanto nas eleições de 1998 com na de 2002 e a variável dependente foi a diferença na votação recebida por cada candidato nos 645 municípios paulistas. A escolha dos municípios de São Paulo para a análise também tem importância empírica, pois o estado é o maior distrito eleitoral do país elegendo setenta deputados federais. Nunca é demais lembrar que, segundo a literatura, em sistemas de voto proporcional com lista aberta, tal como o adotado no Brasil, quanto maior for o distrito, maiores serão os incentivos para a busca do “voto pessoal”.

Um dos resultados deste trabalho indica que as emendas têm efeitos eleitorais; talvez menores do os esperados pela literatura que dá a elas grande importância na explicação do funcionamento do sistema político nacional. No entanto, é preciso destacar que esses resultados são preliminares e se restringem aos municípios paulistas. O fato de São Paulo ser o mais rico da federação pode reduzir a importância das emendas frente aos orçamentos municipais e, conseqüentemente, seu impacto eleitoral. A apreciação mais segura sobre o impacto eleitoral das emendas requer análises em outras regiões do país.

O outro resultado do trabalho é que os candidatos mais capazes de reclamar o crédito, ou “paternidade” sobre obras realizadas em um município seriam aqueles com maior votação local nas eleições de 1998 e os deputados eleitos na mesma eleição. O prosseguimento dessa investigação coloca a necessidade de explorarem-se pelo menos dois aspectos deixados de lado nessa análise, mas que podem constituir-se em importantes fontes locais de informação dos eleitores sobre os candidatos. Primeiro, as características pessoais dos candidatos – tal como seu local de residência – poderiam ter efeito importante

na capacidade de reclamar crédito por obra realizada.²⁴ Segundo, as regiões eleitorais podem não respeitar as fronteiras municipais; isto torna possível que emendas orçamentárias e obras tenham efeitos que ultrapassem os limites dos municípios nos quais foram executadas.

De todo modo, os resultados encontrados indicam que o impacto eleitoral das emendas é positivo; ainda que não seja possível determinar a sua importância com precisão. Em outras palavras, embora a execução de emendas ajude a obter votos na escala municipal, resta por determinar a importância relativa desses votos na reeleição dos deputados.²⁵ O mesmo vale para os gastos de campanha; os resultados não são uniformes em confirmar que candidatos que gastam mais tendem a obter mais votos; tal resultado é sensível a mudanças na forma funcional. Isto implica que certamente o gasto de campanha não é o único recurso eleitoral relevante. Este estudo pretende abrir uma linha de investigação que permita integrar esses achados empíricos em um modelo voltado para explicar a relação entre a oferta de bens públicos e seus impactos eleitorais.

No artigo procuramos também verificar a possibilidade de se utilizar politicamente as obras de transportes realizadas pelo governo do estado através da DERSA. A grande surpresa é que, aparentemente, candidatos ligados ao governador (seja diretamente ao seu partido ou através de sua coligação eleitoral) aparentemente não têm maiores probabilidades de reclamar tal crédito. Os resultados indicam que qualquer deputado eleito tem maiores possibilidades de reclamar o crédito por uma obra no município que seus adversários. Em particular os deputados eleitos com votações significativa no município são os com maiores capacidade de reclamar o crédito pela obra do governo do estado, independente de sua ligação política com o governador ou mesmo prefeito. Em outras palavras, deputados relevantes em um determinado município conseguem reclamar o crédito por uma obra independente de sua filiação partidária. Esse é um resultado que merece análises adicionais.

²⁴ Para uma discussão mais detalhada destes aspectos, ver Bowler & all (2003) e Shugart & all (2005).

²⁵ Por exemplo, os resultados de Pereira e Rennó (2007) indicam que a importância eleitoral das emendas parlamentares pode variar de eleição para eleição.

BIBLIOGRAFIA

- AMES, Barry. Electoral strategy under open-list proportional representation. *American Journal of Political Science*, v.39, n. 2, pp. 406-433. 1995a.
- AMES, Barry. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Basis of Voting in Brazilian Congress. *The Journal of Politics*. v. 57, n. 2, pp. 324-343. 1995b.
- BOWLER, Shaun; DONOVAN, Todd; SNIPP, Joseph. Local Sources of Information and Voter Choice in State Elections; Microlevel Foundations of the “Friends and Neighbors” Effect. *American Politics Quarterly*. v. 21, n. 4, pp. 473-489. 1993.
- CAIN, Bruce; FEREJOHN, John; FIORINA, Morris. *The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence*. Cambridge, Harvard University Press. 1987
- CAREY, John; SHUGART, Matthew S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*. v. 14, n. 4, pp. 417-439. 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Incentivos Eleitorais, Partidos, e Política Orçamentária. *Dados*. v. 45, n. 2, pp. 303-344. 2002.
- LEVITT, Steven D. Using Repeat Challengers to Estimate the Effect of Campaign Spending on Election Outcomes in the U.S. House. *Journal of Political Economy*. vol. 102, n. 4, pp. 777-798.
- MAINWARING, Scott. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. *Comparative Politics*. v. 24, n. 1, pp. 21-43. 1991.
- MAINWARING, Scott. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press. 1999.
- MAYHEW, David. R. *Congress: The Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press. 1974.
- NICOLAU, Jairo. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *Dados*. v. 45, n. 2, pp. 219-236. 2002.
- PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*. v. 44, n. 2, pp. 323-362. 2001.
- PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lucio. Successful Reelection Strategies in Brazil: The Electoral Impact of Distinct Institutional Incentives. *Electoral Studies*. Vol 27, nº 4, pp. 664-683, 2007.
- PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lucio. O que é que um reeleito tem? O retorno. *Electoral Studies*. v. 22, n. 3, pp. 425-448, 2003.
- PEREIRA, Carlos; MULLER, Bernardo. Partidos Fortes na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. *Dados*. v. 46, n. 4, pp. 735-771. 2003.
- SAMUELS, David. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 25, n. 3, pp. 481-497. 2000.

SAMUELS, David. Does Money Matter? Campaign Finance in Newly Democratic Countries: Theory and Evidence from Brazil. *Comparative Politics*. v. 34, pp. 23-42. 2001.

SAMUELS, David. Pork-Barreling is Not Credit-Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. *The Journal of Politics*. v. 64, n. 3, pp. 845-863. 2002.

SAMUELS, David. 2003. *Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press.

SHUGART, Matthew S.; VALDINI, Melody E.; and SUOMINEN, Kati. Looking for Locals: Voter Information Demands and Personal Vote-Earning Attributes of Legislators Under Proportional Representation. *American Journal of Political Science*. vol. 49, n.2, pp. 437-449. 2005